

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: TJPE – Neves quer acabar com déficit de juízes no Estado | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: CAPA | Seção: |



> TJPE

Neves quer acabar com déficit de juízes no Estado

Arthur Mota



NOVO presidente do Tribunal de Justiça, que visitou a **Folha** e foi recebido pelo presidente Eduardo Monteiro, falou sobre concurso

Política > Página 6

Assunto: Judiciário – Novo presidente do TJPE, Frederico Neves tem a meta de reduzir o déficit de 207 juízes em Pernambuco

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 22/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:



JUDICIÁRIO - Novo presidente do TJPE, Frederico Neves tem a meta de reduzir o deficit de 207 juízes em Pernambuco.

■ Página 6



Assunto: Déficit de juízes chega a 207 em Pernambuco

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 22/01/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Varas e juizados sentem a falta de magistrados

Deficit de juízes chega a 207 em Pernambuco

■ **NOVO** presidente do TJPE pretende preencher 50 vagas até o mês de maio. Concurso está em fase de conclusão

GERALDO LÉLIS
Do Portal FolhaPE

Pernambuco conta com 150 comarcas e cerca de 410 juízes atuando, no entanto ainda há 207 unidades judiciais, entre varas e juizados, sem um magistrado titular. O desafio de zerar o saldo negativo é do desembargador Frederico Neves, que toma posse como presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no próximo dia 6 de fevereiro para comandar o Judiciário estadual no biênio 2014/2015. Para isso, o sucessor de Jovaldo Nunes pretende nomear 50 juízes até maio deste ano. "O concurso está em fase de conclusão. Há uma previsão de que algo em torno de 50 candidatas sejam nomeadas, mas é só uma previsão porque o concurso não terminou ainda. Existe ainda uma fase de provas orais, mas a ideia é que eles sejam nomeados entre abril e maio", explicou o presidente eleito do TJPE, em visita ontem à **Folha de Pernambuco**.

Além desses, houve a nomeação de outros 49 juízes ao longo do biênio 2012/2013, porém apenas 32 assumiram os postos. "É uma pena, mas os 32 que tomaram posse estão dando uma resposta formidável para o Judiciário pernambucano", comentou Frederico Neves. "É também uma luta minha melhorar a remuneração dos servidores



Arthur Motta

DESEMBARGADOR (C) esteve na Folha para convidar a diretoria para a sua posse

Folha resume

Prestes a assumir a presidência do TJPE, o desembargador Frederico Neves planeja acabar com o déficit de juízes em varas e juizados do Estado. Segundo ele, há 207 vagas para serem preenchidas. Inicialmente, ele pretende nomear 50 juízes, até o mês de maio, de acordo com o concurso que está em fase de conclusão.

do Judiciário, e eu vou trabalhar em cima de um plano de cargos e carreiras, além de assegurar o direito que assiste o juiz, de receber o auxílio-moradia", acrescentou.

Também será trabalho do novo presidente a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para todo o Estado. Em fase de implantação, o PJe já funciona nos juizados especiais de Pernambuco, mas chegará às varas de forma gradual. Idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça, significa a digitalização de um processo por completo, sem que haja uso de papel, e permite que o

mesmo processo seja acessado de mais de um local independente da distância.

Para regularizar as defasagens do TJPE, Frederico Neves precisará colocar as propostas para avaliação do colegiado de desembargadores, que irão analisar a viabilidade de cada item. "A missão, por mais difícil que seja, se torna mais amena quando se tem vontade de trabalhar, e eu quero trabalhar para melhorar a Justiça de Pernambuco, porque assim eu vou estar melhorando a qualidade de vida do pernambucano", afirmou Neves. O desembargador foi

Saiba mais

CÂMARAS - Um dos objetivos do desembargador Frederico é descentralizar o TJPE, criando câmaras regionais em pelo menos três cidades-polos, para encurtar a distância entre o Tribunal e o cidadão que mora no Interior. Um município citado pelo novo presidente foi Petrolina, tanto pelo tamanho como pela localização distante da Capital e a liderança exercida sobre lugares vizinhos.

recebido na **Folha** pelo presidente do **Grupo EQM**, Eduardo Monteiro; e os diretores Executivo do jornal, Paulo Pugliesi, e Operacional, José Américo Lopes Góis, além do diretor de Assuntos Corporativos do **Grupo EQM**, Eduardo Moraes.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Promotor escolhido para o Quinto | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: POLÍTICA | Seção: |



Promotor escolhido para o Quinto

CAROL MOURA
Especial para a Folha

O promotor Evandro Magalhães foi escolhido, ontem, pelo governador Eduardo Campos (PSB), para ser o novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na vaga do Quinto Constitucional. Ele será empossado, às 17h de hoje, no Palácio da Justiça. Na eleição da lista tríplice pelo Pleno do Tribunal, segunda-feira passada, Evandro recebeu 25 votos. Os outros representantes do Ministério Público de Pernambuco escolhidos foram as procuradoras Daisy Maria de Andrade



Jair Alves/Divulgação

EVANDRO Magalhães toma posse hoje à tarde no cargo

Costa Pereira, com 33 votos; e Sueli Gonçalves com 25.

Com a escolha do novo desembargador, o 2º Grau do Judiciário estadual

passará a contar com 46 membros. No Ministério Público, o promotor Evandro Magalhães era titular da 10ª Promotoria de Justiça Cível e estava

atuando, por convocação, na 11ª Procuradoria de Justiça Cível. Formado em 1991, ele possui mais de 20 anos de carreira jurídica, dos quais 18 foram dedicados ao MPPE.

Na instituição, atuou nas comarcas de Caruaru, Carpina, Camaragibe e no Recife, ocupando muitos cargos como o de promotor da Infância e Juventude. Evandro Magalhães foi o primeiro promotor de Justiça a integrar a lista sêxtupla eleita pelo próprio Ministério Público, assim como será o primeiro promotor a se tornar desembargador pelo Quinto Constitucional em Pernambuco.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: VISITA – O futuro presidente do TJPE, Frederico Neves | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: PROGRAMA | Seção: PERSONA |



VISITA

O futuro presidente do TJPE, Frederico Neves, veio pessoalmente, ontem, convidar o presidente do **Grupo EQM**, Eduardo Monteiro, para a sua posse, dia 6 de fevereiro, na sala de sessões Desembargador Antônio de Brito Alves, no TJ. Na ocasião foi recebido também pelos diretores desta **Folha de PE**, Paulo Pugliesi e José Arné-rico, pela editora executiva Karina Maux e pelo diretor do **Grupo EQM**, Eduardo Moraes.

CHUSA FICA

Aliás, o assistente militar do tribunal, cel. Chusa, acompanhou o desembargador na visita à **Folha**. Pelo seu competente e atuante trabalho durante o biênio ao lado de Jovaldo Nunes no TJ, continuará atuando na gestão de Frederico Neves. Sem dúvida, uma ótima escolha.

Assunto: BRT – Vereadores anulam votação

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 22/01/2014

Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Seção:



► BRT

Vereadores anulam votação

LÍVIA MOTA

Com unanimidade de votos, a Câmara de Vereadores do município de Caruaru, no Agreste do Estado, decidiu, em uma sessão extraordinária, na noite de ontem, pela anulação da votação que autorizava o município a contrair um empréstimo de R\$ 250 milhões que previa a implantação de um Bus Rapid Transit (BRT). A recomendação de anular o resultado foi do Ministério Público, que investiga a suposta cobrança de propina por um grupo de dez parlamentares para aprovar a proposta. O presidente da Casa, Leonardo Chaves, anunciou que a partir de hoje irão começar os debates sobre a nova votação. "A tendência natural era que os



Aguinaldo Lima

SESSÃO extraordinária aconteceu ontem em Caruaru

parlamentares acatassem a indicação da suspensão do projeto. Para as próximas reuniões sobre o projeto vamos chamar técnicos da prefeitura para que expliquem os detalhes", declarou Leonardo.

O projeto pode ser votado ainda esta semana. "Vai depender do entendimento dos vereadores. Se eles entenderem o projeto, poderemos encaminhar ainda essa semana uma nova votação", declarou

o presidente da Câmara.

Ao que tudo indica os dez vereadores afastados não devem participar da nova votação. Apesar da decisão, na última sexta-feira, do desembargador Fausto Campos que determinou que os dez investigados na Operação Ponto Final fossem reintegrados ao exercício do mandato, nenhum deles vai poder voltar ao trabalho ainda. Existe uma outra decisão, na Vara da Fazenda Pública de Caruaru, que continua em vigor. O juiz José Fernando dos Santos não quis reconsiderar o afastamento de 180 dias que havia determinado. Até segunda ordem, os suplentes, que assumiram no dia 19 de dezembro, continuam nos cargos e devem decidir os rumos do BRT.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Justiça – Escolhido em lista tríplice, Evandro Magalhães... | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: CAPA | Seção: |

DIARIOde**PERNAMBUCO**

justiça

**ESCOLHIDO EM LISTA TRÍPLICE, EVANDRO
MAGALHÃES TOMA POSSE HOJE COMO
NOVO DESEMBARGADOR DO TJPE. ÚLTIMAS A2**

Assunto: Desembargador toma posse hoje

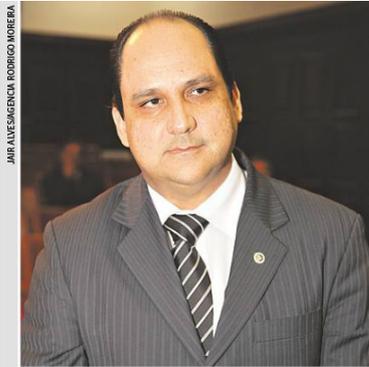
Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 22/01/2014

Editoria: ÚLTIMAS

Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Promotor milita há vinte anos na carreira jurídica

JANA ALEXSANDRE RODRIGUEZ MOREIRA

Desembargador toma posse hoje

Evandro Magalhães foi escolhido ontem pelo governador Eduardo Campos

Com posse marcada para hoje, às 17h, no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o promotor Evandro Magalhães assume o cargo de desembargador da Corte, ocupando a vaga do Quinto Constitucional que passa a ser preenchida por um membro do Ministério Público de Pernam-

buco (MPPE). O nome do promotor foi escolhido, ontem, pelo governador Eduardo Campos entre a lista triplíce eleita pelo Pleno do Tribunal, formada a partir da lista sêxtupla encaminhada pelo próprio MPPE. O promotor recebeu 25 votos na eleição da lista pelo Pleno do Tribunal, na última segunda-feira. Os outros membros do MPPE escolhidos foram as procuradoras Daisy Pe-

reira, com 33 votos, e Sueli Gonçalves, com 25 votos. Além dos três nomes, concorreram ainda os procuradores José Lopes (13 votos), Norma Mendonça (13) e Mário Palha (7). Evandro Magalhães era titular da 10ª Promotoria de Justiça Cível no Ministério Público. Ele estava atuando, por convocação, na 11ª Procuradoria de Justiça Cível. O novo desembargador pos-

sui mais de 20 anos de carreira jurídica, dos quais 18 anos foram dedicados ao MPPE, por onde atuou nas comarcas de Caruaru, Carpina, Camaragibe e na capital, ocupando diversos cargos, entre eles o de promotor da Infância e Juventude e o da Assessoria Técnica em Matéria Administrativa (ATMA). Evandro foi o primeiro promotor de Justiça a integrar a lista sêxtupla eleita pelo próprio Ministério Público, assim como será o primeiro promotor a se tornar desembargador pelo Quinto Constitucional eno estado.

Evandro será o 1º promotor a entrar no TJPE pelo Quinto

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Evandro Magalhães no TJPE | |
| Veículo: Jornal do Commercio | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: CAPA DOIS | Seção: |

jornal do  commercio

Evandro Magalhães no TJPE

O governador Eduardo Campos escolheu, ontem, o promotor Evandro Magalhães para ocupar a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), criada pela Lei Complementar Estadual nº 235, através do Quinto Constitucional do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Com isso, o Segundo Grau do Judiciário estadual passa a contar agora com 46 membros.

Evandro Magalhães, que toma posse hoje, às 17h, no Palácio da Justiça, estava na lista triplíce eleita pelo TJPE, a partir da lista sêxtupla de representantes do MPPE. A elei-



TRIBUNAL Magalhães, indicado pelo MP, toma posse hoje

Jair Alves/Divulgação

ção foi na última segunda-feira (20), na qual também concorreram as procuradoras Daisy Maria de Andrade Costa Pereira e Sueli Gonçalves.

Evandro Magalhães tem mais de 20 anos de carreira jurídica, sendo 18 deles dedicados ao MPPE, onde recentemente estava à frente da 10ª Promotoria de Justiça Cível. Também atuou nas comarcas de Caruaru, Carpina, Camaragibe e no Recife. Ele foi o único e também primeiro promotor de Justiça a integrar a lista sêxtupla do MPPE. Também é o primeiro promotor a se tornar desembargador pelo Quinto Constitucional no Estado.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Caruaru – Votação é anulada | |
| Veículo: Jornal do Commercio | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: POLÍTICA | Seção: |

jornal do  commercio

Caruaru: votação é anulada

Pedro Romero
promero@jc.com.br

CARUARU – A Câmara Municipal anulou ontem, por unanimidade, em sessão extraordinária, a votação que aprovou projeto para a implantação de um Bus Rapid Transit (BRT) nesta cidade do Agreste. O projeto tinha sido aprovado no dia 17 de dezembro, um dia antes de a Polícia Civil desencadear a Operação Ponto Final, que prendeu dez parlamentares acusados de cobrar propina para aprovar projetos do Executivo. A votação de ontem atendeu a uma recomendação do Ministério Público.

Marcada para às 20h, a sessão só começou uma hora depois porque os parlamentares estavam reunidos a portas fechadas. O presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD), já havia manifestado que era a favor da anulação. Segundo ele, ape-

Sessão que aprovou projeto do BRT foi derrubada por unanimidade

sar de legalmente estar correta, a decisão se tornou “moralmente questionável”. “Com a anulação da votação, o projeto torna-se nulo. Agora, vamos começar a rediscutir o projeto do BRT”, destacou Chaves. Nas galerias, que estavam lotadas, o povo comemorou.

Também ontem, o presidente da Câmara recebeu a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), determinando a volta dos dez vereadores acusados e que estão

afastados das funções por determinação da Justiça. Mesmo com a liminar, os parlamentares ainda não puderam voltar às funções, já que existe outra determinação judicial, da Vara da Fazenda Pública de Caruaru, que determina o afastamento deles por um período de 180 dias.

Os advogados dos acusados entraram com uma petição junto ao juiz da Vara da Fazenda Pública, Fernando Santos Souza, para que ele reconsiderasse sua decisão de manter os parlamentares afastados de suas funções, mas o magistrado manteve sua decisão. “Já que o juiz manteve a decisão, entramos com um recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça pedindo outra liminar para que os vereadores possam voltar às funções”, disse Marcelo Cumarú, um dos advogados do grupo.

O procurador da Câmara, Jo-

sé Américo Monteiro, afirmou que hoje vai comunicar ao desembargador Fausto Campos o recebimento da liminar e mandar para ele uma cópia da decisão da Vara da Justiça, que mantém o afastamento dos vereadores. “Na prática, a liminar não surte efeito”, resumiu.

A sessão que anulou a aprovação do projeto do BRT contou com a presença dos dez vereadores suplentes. Eles tomaram posse no dia 19 de dezembro, um dia depois da prisão dos parlamentares que estão sendo acusados de corrupção passiva, concussão e de integrar organização criminosa. Também foram aprovados projetos administrativos da Câmara, entre eles o reajuste dos salários dos servidores. Outra sessão extraordinária foi marcada para hoje à noite. Às 15h, haverá reunião dos parlamentares com técnicos da prefeitura para discutir o projeto do BRT.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Priples gera novas reclamações | |
| Veículo: Jornal do Commercio | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: ECONOMIA | Seção: |

jornal do  commercio

Priples gera novas reclamações

Ao contrário da Telexfree, que mesmo paralisada pela Justiça cresce e tem apoio dos investidores, a Priples está gerando novas reclamações de quem acreditou na empresa. Ela é outra acusada de ser uma pirâmide financeira, com a diferença de que a Telexfree se expandiu no País a partir do Espírito Santo e a Priples, de Pernambuco.

A Polícia Civil realizou ontem uma coletiva para anunciar a prova técnica de que a

Priples é uma pirâmide. “Um laudo do Instituto de Criminalística comprova que só 0,1% do dinheiro, R\$ 80 mil, veio de outras fontes, como anúncios na internet, enquanto 99,9% dos R\$ 103 milhões movimentados pela empresa vieram da adesão de pessoas”, diz o delegado Carlos Couto. O laudo foi concluído este mês e anexado ao processo que desde agosto está na 9ª Vara Criminal da Capital e corre em segredo de Jus-

tiça.

A nova confusão surgiu quando o fundador da Priples, Henrique Lima, decidiu montar uma nova empresa, a Offertania, a partir do cadastro do antigo negócio, que, assim como a Telexfree, também foi bloqueado pela Justiça. A Priples atraiu 217 mil pessoas.

Henrique prometeu ressarcir, com o lucro da Offertania, parte das perdas de quem apostou na Priples, que propagava

um retorno de 60% ao mês para quem pagasse uma adesão de R\$ 200 a R\$ 10 mil.

Nas redes sociais, investidores reclamam que a data de pagamento da Offertania passou e que eles não receberam um centavo – alguns fazem até ameaças diretas ao empresário.

A polícia não levantou o total embolsado por Henrique e sua esposa e sócia, Mirele Freitas. A reportagem não conseguiu localizar o empresário.

| | |
|--|--------------------------|
| Assunto: Posse do novo presidente do TJPE | |
| Veículo: Jornal do Commercio | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: POLÍTICA | Seção: pinga-fogo |

jornal do  commercio

Diga “xis”

Em pleno recesso, o D.O. do Legislativo coloca na capa foto de Guilherme Uchoa recebendo um... convite para a posse do novo presidente do TJPE. Com tanto projeto interessante aprovado pelos deputados... Deixa pra lá.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Promotor será novo desembargador do TJPE | |
| Veículo: G1Pe | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PERNAMBUCO



EVANDRO MAGALHÃES

**Promotor será novo
desembargador do TJ**

👍 5 • 💬 1

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Promotor será novo desembargador do TJPE | |
| Veículo: G1Pe | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PERNAMBUCO



Promotor será novo desembargador do TJPE pelo Quinto Constitucional

Evandro Magalhães foi escolhido pelo governador Eduardo Campos. Vaga do Quinto deve ser preenchida por membro do Ministério Público.



Evandro Magalhães era titular da 10ª Promotoria de Justiça Cível (Foto: Divulgação / TJPE)

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, escolheu nesta terça-feira (21), o promotor Evandro Magalhães como novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Ele ocupará a vaga do Quinto Constitucional, que deve ser preenchida por um membro do Ministério Público.

A escolha foi feita a partir de uma lista tríplice enviada pelo Pleno do Tribunal a Campos. Na votação do TJPE, Evandro Magalhães havia recebido 25

votos. Os outros membros do MPPE indicados na lista foram as procuradoras Daisy Maria de Andrade Costa Pereira, que recebeu 33 votos, e Sueli Gonçalves (25 votos).

No Ministério Público, Evandro Magalhães era titular da 10ª Promotoria de Justiça Cível e estava atuando, por convocação, na 11ª Procuradoria de Justiça Cível. Formado em 1991, ele possui mais de 20 anos de carreira jurídica, dos quais 18 anos foram dedicados ao MPPE. Na instituição, atuou nas comarcas de Caruaru, Carpina, Camaragibe e na Capital.

A posse do novo desembargador está marcada para esta quarta-feira (22), às 17h, no gabinete da Presidência, no Palácio da Justiça, Centro do Recife. Com a escolha, o 2º Grau do Judiciário estadual passará a contar com 46 membros.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Ação 9ª Vara Criminal - Priples | |
| Veículo: G1Pe | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PERNAMBUCO



Em PE, perícia confirma que empresa operava sob esquema de pirâmide

Delegado afirma que 99,9% das receitas da Priples vinham dos usuários. Laudo elaborado pelo IC foi enviado à Justiça no início de janeiro.

O delegado do Ipsep, Carlos Couto, deu detalhes, nesta terça-feira (21), sobre o laudo pericial contábil que apontou que 99,9% das receitas da Priples, empresa suspeita de pirâmide financeira, advinham de seus usuários. De acordo com o documento, dos mais de R\$ 103,6 milhões de lucro arrecadados em apenas três meses de funcionamento da companhia, apenas R\$ 80 mil eram provenientes de receita própria, oriunda de uma renda obtida com tráfego de dados na internet.

O laudo foi elaborado pelo Instituto de Criminalística e enviado, no início do ano, para a **9ª Vara Criminal do Recife**. Com o texto, fica comprovado, por meio de provas técnicas, que a Priples não poderia oferecer, como prometia, um retorno de 60% dos valores investidos inicialmente pelos colaboradores. A última parte do processo se encontra no Ministério Público de Pernambuco.

"Com isso, agora, nós exaurimos o nosso trabalho. Essa seria a última tarefa, a prova técnica, agora acho que encerramos a participação", explica o delegado Carlos Couto, responsável pelas investigações. O inquérito do caso, que corre em segredo, foi instaurado em abril de 2013 e remetido à Justiça em agosto do mesmo ano.

O caso das Priples é o primeiro em que se conseguiu agregar provas técnicas que comprovem o esquema de pirâmide. As informações que resultaram no laudo pericial contábil só foram obtidas com a apreensão dos três livros-caixa da empresa, no começo de agosto de 2013. A Priples começou a funcionar em abril do ano passado e atraiu cerca de 210 mil pessoas.

Entenda o caso

Os donos da Priples chegaram a ser presos na Região Metropolitana do [Recife](#) em agosto do ano passado, mas foram soltos dias depois. A empresa funcionava há quatro meses e chegou a movimentar mais de R\$ 70 milhões. De acordo com a página companhia na internet, o escritório operava em duas salas – uma própria e outra alugada.

A Priples começou a funcionar em 1º de abril e atraiu 210 mil pessoas, prometendo lucro de 60% ao mês sobre o valor investido na hora do cadastramento. Os anúncios falavam em marketing digital, no entanto, acionada por pessoas que se sentiram lesadas, a polícia concluiu que o esquema se tratava de uma pirâmide financeira.

O sistema de pirâmide funciona da seguinte forma: quem está no topo ganha dinheiro com a entrada de novos investidores, que vão subindo até receberem também. O problema é que chega um momento em que não entra mais ninguém, e quem chegou por último não ganha nada. “Em crimes dessa natureza, estima-se que cerca de 70% ou 80% da base da pirâmide não conseguem recuperar o dinheiro investido”, afirma o delegado Carlos Couto.

Os proprietários da Priples são Henrique Maciel Carmo de Lima, de 27 anos, e a mulher dele, Mirele Pacheco de Freitas, 22 anos. A polícia apreendeu com eles três carros importados, um quadriciclo e ainda US\$ 300 mil em espécie. **A Justiça bloqueou R\$ 70 milhões da conta da empresa.**

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Instalação da 2ª Vara da Fazenda em Caruaru | |
| Veículo: G1 Caruaru e Região | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PERNAMBUCO

CARUARU E REGIÃO



FUNCIONARÁ NO FÓRUM ELÍSIO FLORÊNCIO

TJPE instala hoje 2ª Vara da Fazenda em Caruaru, no Agreste

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Instalação da 2ª Vara da Fazenda em Caruaru | |
| Veículo: G1 Caruaru e Região | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PERNAMBUCO

CARUARU E REGIÃO



TJPE instala 2ª Vara da Fazenda em Caruaru, nesta quarta-feira (22)

Instituição tem inauguração marcada no Fórum Juiz Demóstenes Veras. Porém, Vara deverá funcionar no Fórum Elísio Florêncio, segundo assessoria.

Nesta quarta-feira (22), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pretende instalar a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de [Caruaru](#), no Agreste. A instituição funcionará no Fórum Elísio Florêncio, localizado na Avenida Portugal, número 1.234, no Bairro Maurício de Nassau, tendo como titular o juiz Jefferson Felix de Melo.

No entanto, a inauguração deve ocorrer às 10h no Salão do Júri do Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, na Avenida José Florêncio Filho, sem número, também no Maurício de Nassau. O evento será presidido pelo juiz Gleydson de Lima Pinheiro, diretor do Foro, e será acompanhado por representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de integrantes das instituições públicas e privadas e da sociedade.

Segundo a assessoria de imprensa do TJPE, a Vara da Fazenda pode “processar e julgar causas cíveis em que figurem como autor, réu, assistente ou oponente, o Estado, os Municípios, suas autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações de direito público e, onde não houver vara da Justiça Federal”.

| | |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: G1 Caruaru e Região | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PERNAMBUCO
CARUARU E REGIÃO



Vereadores acatam pedido do MPPE e anulam votação do Projeto BRT

A decisão de anular a votação se deu por unanimidade entre os edis. Projeto fez parte das investigações da Operação 'Ponto Final' da polícia.

Durante reunião extraordinária na Câmara de Vereadores de [Caruaru](#), no Agreste de Pernambuco, nesta terça-feira (21), os vereadores decidiram acatar a recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) de anular a votação do projeto de mobilidade urbana que inclui o Bus Rapid Transit (BRT), realizada no dia 17 de dezembro de 2013. O documento foi aprovado por 17 votos a favor. Houve uma abstenção e cinco votos contra.

A decisão de anular a votação se deu por unanimidade. O projeto fez parte das investigações da Operação “Ponto Final”, deflagrada pela Polícia Civil. No dia seguinte a sessão, [dez vereadores foram presos suspeitos de exigir vantagens indevidas da prefeitura](#).

Devido as prisões, o MPPE fez uma [recomendação para que a votação do projeto fosse anulada](#). Os 23 vereadores - entre eles os que assumiram a função recentemente - estavam presentes. O projeto trata de financiamento para a criação de uma via exclusiva de ônibus no município.

De acordo com o presidente da Câmara Leonardo Chaves (PSD), o documento ainda não tinha sido encaminhado para que o prefeito sancionasse.

Câmara analisa volta de parlamentares



Decisão é de desembargador do TJPE, no Recife.
(Foto: Vanessa Bahé/ G1)

Os dez vereadores devem voltar imediatamente aos cargos na Câmara de Caruaru, no Agreste, de acordo com o entendimento da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no [Recife](#). O mandado de segurança com pedido de liminar - protocolado pela defesa dos parlamentares - foi apreciado e atendido na sexta-feira (17) pelo desembargador Fausto Campos.

No entanto, pesa ainda contra os parlamentares a medida que os afasta dos cargos por 180 dias, da Vara

Cível. Por conta disto, "em tese, eles não voltam automaticamente. Eu terei contato com a decisão e podemos ver como proceder", explica o secretário jurídico da Câmara, Bruno Martins.

De acordo com o documento do TJPE, é "insustentável a manutenção do afastamento dos impetrantes do cargo eletivo de vereador da cidade de Caruaru, ante a ausência de concreta demonstração de que os mesmos estariam, direta ou indiretamente, prejudicando a coleta de provas" (sic). A decisão ressalta ainda a situação econômica da casa: "a medida atacada repercute severa e negativamente sobre as finanças da Câmara de Vereadores de Caruaru que em decorrência da suspensão de dez de seus membros, teve que proceder com a convocação e posse de igual número de suplentes para substituí-los" (sic).

Vereador se apresenta à Justiça



Vereador Neto obteve habeas corpus preventivo.
(Foto: Reprodução/TV Asa Branca)

O vereador Averaldo Ramos da Silva Neto (PMN) era considerado foragido pela Justiça, mas conseguiu habeas corpus preventivo. Ele se apresentou na quarta (15), por volta das 10h, no Fórum de Caruaru, junto ao advogado Roberto Vasconcelos. Lá, recebeu a citação em desfavor feita pela promotoria. De acordo com o advogado, a partir desta quarta (13), o vereador terá dez dias para apresentar a defesa no fórum.

Neto e o vereador Evandro Silva (PMDB) - preso novamente e solto na segunda-feira (13) - estariam ameaçando testemunhas do processo da Operação Ponto Final. Ambas as decisões foram do desembargador Fausto Campos, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). De acordo com Vasconcelos, o parlamentar não estava foragido, e sim "esperando a decisão [do habeas corpus] na casa de parentes. Ele não queria ir para a penitenciária de forma injusta", disse.

Assim como os outros oito vereadores envolvidos no suposto caso de pedido de propina à prefeitura e presos naquela operação, Neto e Evandro Silva devem comparecer mensalmente ao fórum e ficar distante das testemunhas do processo judicial.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Caruaru ganhará 2ª Vara da Fazenda Pública | |
| Veículo: folhape.com.br | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Caruaru ganhará 2ª Vara da Fazenda Pública

Entre as atribuições da Vara da Fazenda Pública estará julgar e processar causas cíveis

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) irá instalar, às 10h desta quarta-feira (22), a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca, em Caruaru. A unidade, que ficará no Fórum João Elísio Florêncio, na Av. Portugal, 1234, Maurício de Nassau, terá como titular o juiz Jeffersom Felix de Melo. Entre as atribuições da Vara da Fazenda Pública estará processar e julgar diversas causas cíveis.

Causas em que figurem autor, réu, assistente ou oponente, o Estado, os Municípios, suas autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações de direito público e, nos locais onde não existir vara da Justiça Federal, as decorrentes do 3º. do artigo 109 da Constituição Federal, serão de competência da 2ª Vara da Fazenda Pública.

A instalação da vara será presidida pelo diretor do Foro, juiz Gleydson de Lima Pinheiro, e terá a presença de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da sociedade civil e de chefes e líderes de instituições privadas e públicas.

| | |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: NE10 | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Vara da Fazenda mantém afastamento de vereadores da Câmara de Caruaru

O juiz da Vara da Fazenda Pública de Caruaru, no Agreste pernambucano, José Fernando Santos Souza, informou, na tarde desta terça-feira (21), que irá manter a decisão que determina o afastamento dos cargos legislativos por 180 dias dos 10 vereadores alvos da Operação Ponto Final.

Na semana passada o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou o retorno imediato dos parlamentares após ter anulado uma medida cautelar da 4ª Vara Criminal de Caruaru, cujo documento afastava temporariamente os legisladores dos cargos na Câmara da cidade.

Todavia, os vereadores continuam impedidos de voltar ao legislativo do município, isso porque também existe a determinação de afastamento proferida pela Vara da Fazenda, cuja decisão ainda está mantida.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Novo desembargador do TJPE - Evandro Magalhães | |
| Veículo: jconline.com.br | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |

jornal do commercio

Evandro Magalhães é o novo desembargador do TJPE

Posse será realizada no final da tarde desta quarta-feira, no Palácio da Justiça

O governador Eduardo Campos escolheu, nesta terça (21), o promotor Evandro Magalhães para ocupar a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), criada pela Lei Complementar Estadual nº 235, através do Quinto Constitucional do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Com isso, o Segundo Grau do Judiciário estadual passa a contar agora com 46 membros.

Evandro Magalhães, que toma posse esta quarta (22), às 17h, no Palácio da Justiça, estava na lista tríplice eleita pelo TJPE, a partir da lista sêxtupla de representantes do MPPE. A eleição foi na última segunda-feira (20), na qual também concorreram as procuradoras Daisy Maria de Andrade Costa Pereira e Sueli Gonçalves.

Evandro Magalhães tem mais de 20 anos de carreira jurídica, sendo 18 deles dedicados ao MPPE, onde recentemente estava à frente da 10ª Promotoria de Justiça Cível. Também atuou nas comarcas de Caruaru, Carpina, Camaragibe e no Recife.

Ele foi o único e também primeiro promotor de Justiça a integrar a lista sêxtupla do MP. Também é o primeiro promotor a se tornar desembargador pelo quinta constitucional no estado.

| | |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: jconline.com.br | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |

jornal do commercio

Em Caruaru, sessão que aprovou BRT é anulada

Por unanimidade, os vereadores derrubaram a polêmica sessão que aprovou projeto para a implantação do BRT em Caruaru

A Câmara Municipal de Caruaru anulou nesta terça-feira, por unanimidade, em sessão extraordinária, a votação que aprovou projeto para a implantação de um Bus Rapid Transit (BRT) nesta cidade do Agreste. O projeto tinha sido aprovado no dia 17 de dezembro, um dia antes de a Polícia Civil desencadear a Operação Ponto Final, que prendeu dez parlamentares acusados de cobrar propina para aprovar projetos do Executivo. A votação atendeu a uma recomendação do Ministério Público.

Marcada para às 20h, a sessão só começou uma hora depois porque os parlamentares estavam reunidos a portas fechadas. O presidente da Casa, Leonardo Chaves (PSD), já havia manifestado que era a favor da anulação. Segundo ele, apesar de legalmente estar correta, a decisão se tornou “moralmente questionável”. “Com a anulação da votação, o projeto torna-se nulo. Agora, vamos começar a rediscutir o projeto do BRT”, destacou Chaves. Nas galerias, que estavam lotadas, o povo comemorou.

Também nesta-feira, o presidente da Câmara recebeu a liminar **concedida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**, determinando a volta dos dez vereadores acusados e que estão afastados das funções por determinação da Justiça. Mesmo com a liminar, os parlamentares ainda não puderam voltar às funções, já que existe outra determinação judicial, da Vara da Fazenda Pública de Caruaru, que determina o afastamento deles por um período de 180 dias.

Os advogados dos acusados entraram com uma petição junto ao juiz da Vara da Fazenda Pública, Fernando Santos Souza, para que ele reconsiderasse sua decisão de manter os parlamentares afastados de suas funções, mas o magistrado manteve sua decisão. “Já que o juiz manteve a decisão, **entramos com um recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça** pedindo outra liminar para que os vereadores possam voltar às funções”, disse Marcelo Cumaru, um dos advogados do grupo.

O procurador da Câmara, José Américo Monteiro, afirmou que hoje vai comunicar ao desembargador Fausto Campos o recebimento da liminar e mandar para ele uma cópia da decisão da Vara da Justiça, que mantém o afastamento dos vereadores. “Na prática, a liminar não surte efeito”, resumiu.

A sessão que anulou a aprovação do projeto do BRT contou com a presença dos dez vereadores suplentes. Eles tomaram posse no dia 19 de dezembro, um dia depois da prisão dos parlamentares que estão sendo acusados de corrupção passiva, concussão e

de integrar organização criminosa. Também foram aprovados projetos administrativos da Câmara, entre eles o reajuste dos salários dos servidores. Outra sessão extraordinária foi marcada para a noite desta quarta-feira. Às 15h, haverá reunião dos parlamentares com técnicos da prefeitura para discutir o projeto do BRT.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Novo desembargador do TJPE | |
| Veículo: Blog da Folha | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Campos escolhe Evandro Magalhães para o TJPE

O magistrado Evandro Magalhães é o novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pela vaga do Quinto Constitucional a ser preenchida por um membro do Ministério Público estadual. A escolha foi formalizada, nesta terça-feira (21), pelo governador Eduardo Campos (PSB), após análise de lista tríplice eleita pelo pleno do TJPE a partir da lista sêxtupla encaminhada pelo próprio MPPE.

A posse ocorrerá nesta quarta-feira (22), no gabinete da presidência do Palácio da Justiça. Com a escolha do novo desembargador, o 2º Grau do Judiciário estadual passará a contar com 46 membros.

No Ministério Público, o promotor Evandro Magalhães era titular da 10ª Promotoria de Justiça Cível e estava atuando, por convocação, na 11ª Procuradoria de Justiça Cível. Formado em 1991, ele possui mais de 20 anos de carreira jurídica, dos quais 18 anos foram dedicados ao MPPE. Na instituição, atuou nas comarcas de Caruaru, Carpina, Camaragibe e na Capital, ocupando muitos cargos, como o de promotor da infância e juventude.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru - Vara da Fazenda mantém afastamento de vereadores | |
| Veículo: Blog da Folha | Data: 22/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Caruaru: Vara da Fazenda mantém afastamento de vereadores

Os dez vereadores envolvidos no chamado mensalão de Caruaru seguirão afastados de cargos. A decisão foi tomada pelo juiz da Vara da Fazenda Pública do município agrestino, José Fernando Santos Souza. Esses parlamentares são acusados de cobrar propina para votar com o governo municipal na Câmara, incluindo a aprovação de uma matéria que possibilitaria a implementação de um BRT na Capital do Agreste.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) havia determinado o retorno dos parlamentares à atividade no Parlamento caruaruense, com a anulação de uma medida cautelar da 4ª Vara Criminal de Caruaru que indicava temporariamente o afastamento dos vereadores de suas funções.

Entretanto, a decisão não tem efeito sobre outra anterior expedida pela Vara da Fazenda. Os vereadores acusados de cobrança de propina ingressam com pedido de agravo de instrumento para reverter também essa decisão. O mérito ainda será avaliado pelo desembargador da 4ª Câmara de Direito Público, Itamar Pereira da Silva Junior. A previsão é de que a análise desse agravo de instrumento deverá ser realizada até o fim dessa semana.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Promotor Evandro Magalhães será o novo desembargador do TJPE pelo Quinto Constitucional | |
| Veículo: Blog de Jamildo | Data: 21/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Promotor Evandro Magalhães será o novo desembargador do TJPE pelo Quinto Constitucional

O governador do Estado, Eduardo Campos, escolheu, nesta terça-feira (21/01), o nome do promotor Evandro Magalhães como o novo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pela vaga do Quinto Constitucional a ser preenchida por um membro do Ministério Público estadual. O nome constava na lista tríplice eleita pelo Pleno do Tribunal a partir da lista sêxtupla encaminhada pelo próprio MPPE.

A posse ocorrerá nesta quarta-feira (22/01), às 17h, no gabinete da Presidência, no Palácio da Justiça. Com a escolha do novo desembargador, o 2º Grau do Judiciário estadual passará a contar com 46 membros.

No Ministério Público, o promotor Evandro Magalhães era titular da 10ª Promotoria de Justiça Cível e estava atuando, por convocação, na 11ª Procuradoria de Justiça Cível. Formado em 1991, ele possui mais de 20 anos de carreira jurídica, dos quais 18 anos foram dedicados ao MPPE.

Na instituição, atuou nas comarcas de Caruaru, Carpina, Camaragibe e na Capital, ocupando muitos cargos, como o de promotor da infância e juventude. Na eleição da lista tríplice pelo Tribunal Pleno, nesta segunda-feira (20), o promotor Evandro recebeu 25 votos. Os outros membros do Ministério escolhidos foram as procuradoras Daisy Maria de Andrade Costa Pereira com 33 votos e Sueli Gonçalves com 25 votos.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Em Caruaru, juiz mantém decisão contra vereadores afastados por corrupção | |
| Veículo: Blog de Jamildo | Data: 21/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Em Caruaru, juiz mantém decisão contra vereadores afastados por corrupção

TJPE é que vai definir volta, ou não, dos vereadores

No blog do Jornal Varguarda

A decisão que afastou os dez vereadores indiciados na Operação Ponto Final não foi revista pela 2ª Vara da Fazenda de Caruaru e a definição sobre o retorno dos parlamentares aos seus mandatos será mesmo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os advogados de defesa dos edis já entraram com o recurso, que deverá ser julgado pelo desembargador Itamar Pereira. Até agora, todas as decisões de primeira instância estão sendo derrubadas pelo TJPE, só faltando esta cível para que os vereadores reassumam na Câmara.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Boa notícia. Caruaru vai ganhar 2º Vara da Fazenda Pública | |
| Veículo: Blog de Jamildo | Data: 21/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Boa notícia. Caruaru vai ganhar 2ª Vara da Fazenda Pública

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai instalar a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru. A unidade será implantada no Fórum João Elísio Florêncio, na próxima quarta-feira (22). A solenidade de inauguração contará com a presença do chefe do Poder Judiciário pernambucano, desembargador Jovaldo Nunes, e acontecerá às 10h, no Salão do Júri do Fórum Juiz Demóstenes Batista Veras, situado na Av. José Florêncio Filho, s/n, Maurício de Nassau.

A instalação da Vara será presidida pelo diretor do Foro, juiz Gleydson de Lima Pinheiro, e contará com a presença de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, da sociedade civil, além de chefes de instituições públicas e privadas.

A 2ª. Vara da Fazenda Pública de Caruaru, criada através da Lei complementar nº. 100, de 21 de novembro de 2007, funcionará no Fórum João Elísio Florêncio, localizado na Av. Portugal, 1234, Maurício de Nassau, e terá como titular o juiz Jefferson Felix de Melo.

Compete à Vara da Fazenda Pública processar e julgar causas cíveis em que figurem como autor, réu, assistente ou oponente, o Estado, os Municípios, suas autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações de direito público e, onde não houver vara da Justiça Federal, as decorrentes do § 3º. do artigo 109 da Constituição Federal, respeitada a competência de foro estabelecida na lei processual.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: TJPE é que vai definir volta, ou não, dos vereadores em Caruaru | |
| Veículo: Blog de Magno Martins | Data: 21/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



TJPE é que vai definir volta, ou não, dos vereadores em Caruaru



A decisão que afastou os dez vereadores indiciados na Operação Ponto Final não foi revista pela 2ª Vara da Fazenda de Caruaru e a definição sobre o retorno dos parlamentares aos seus mandatos será mesmo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os advogados de defesa dos edis já entraram com o recurso, que deverá ser julgado pelo desembargador Itamar Pereira. Até agora, todas as decisões de primeira instância estão sendo derrubadas pelo TJPE, só faltando esta cível para que os vereadores reassumam na Câmara.

